

Inclusão digital: para quê e para quem?

Digital inclusion: for what and for whom?

Maria Conceição da Costa*

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) trouxeram novas possibilidades e alternativas de inclusão informacional e cognitiva, ao mesmo tempo em que revelam processos de exclusão desse universo. Temos visto nos últimos anos programas, políticas e iniciativas em prol da inclusão digital, que dependem normalmente do acesso ao computador e de conhecimentos mínimos para utilizá-lo, assim como do acesso à Internet. Algumas questões se colocam a essas possibilidades. Em que medida a inclusão digital possibilita transpor a exclusão social, cultural, política ou econômica, para o efetivo exercício da cidadania? As experiências de inclusão digital, no contexto mais amplo, ampliam o leque de conhecimentos, dilatam as oportunidades e potencializam o acesso democrático ao conhecimento? Ampliam as formas de participação cidadã e o exercício da democracia? Essas questões indicam a necessidade de distinguir entre acesso às TIC, acesso à informação e acesso ao conhecimento; e sugerem perspectivas tanto geopolíticas como socioeconômicas para examinar estratégias públicas e privadas relativas à “cidadania digital”.

Este número da Liinc em Revista apresenta artigos que trabalham essas questões, apontam a diversidade dos aspectos do tema, desde a discussão sobre um possível *apartheid* entre incluídos e excluídos da sociedade informacional, narrativas de experiências de projetos de inclusão até pesquisas que analisam as ferramentas que podem melhorar o acesso aos serviços.

Os artigos deste número podem ser agrupados em distintas categorias. A inclusão digital como ferramenta de democratização e distribuição de renda; novas leituras sobre os conceitos de inclusão e as tecnologias de informação; estudos de casos brasileiros em regiões fora da região sudeste e uma postura crítica e questionadora sobre a inclusão digital como instrumento de equalização social.

O artigo de Danilo Rothberg, *Informação de diagnóstico, democracia e inclusão digital*, analisa o ambiente informacional que uma democracia confronta. Segundo este autor, a internet pode ser uma expressão de inclusão informacional e cognitiva.

Olívia Bandeira de Melo Carvalho, em seu artigo *Os “incluídos digitais” são “incluídos sociais”?*, também analisa a distribuição desigual da tecnologia, considerando que se configura um aumento das desigualdades econômicas e sociais. O artigo centra sua análise na inserção dos indivíduos nessa sociedade midiática e no papel do Estado, do mercado e de pequenos estabelecimentos como as *lan houses* nesse processo.

Outro olhar sobre a desigualdade social é o artigo de Diana Cubillos, *Inclusão Digital: Sistemas de Engrenagens*, onde a inclusão digital, no escopo deste trabalho, é comparada metaforicamente

* ¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Pós-doc em Sociologia da Ciência pela University of South Florida, Tampa, USA e Livre Docente em Estudos Sociais da Ciência pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Professora Associada do Departamento de Política Científica e Tecnológica e professora colaboradora junto ao Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Endereço postal: Instituto de Geociências - Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Rua. João Pandiá Calógeras, 51, Campinas, São Paulo, Brasil, CEP. 13083-870, telefone: (19) 35214566 e e-mail dacosta@ige.unicamp.br

a um sistema de engrenagens. As peças que se acoplam para o funcionamento de um sistema são neste contexto, tratadas, como políticas de informação inseridas nas ações públicas. Essas ações interligam-se com as ferramentas de tecnologias de informação e comunicação (TICs) que por sua vez se conectam com os atores sociais, que por motivos diversos, encontram-se excluídos de oportunidades, bens e perspectivas.

A análise de ferramentas das tecnologias de informação é objeto de dois artigos. O primeiro, de autoria de Silvana Vidotti e Cesar Cusin analisa a *Inclusão Digital via Acessibilidade Web*. O artigo é resultado de uma pesquisa que propõe e objetiva um ambiente informacional digital inclusivo, visando apontar os elementos de acessibilidade que permitam a promoção da inclusão informacional digital, de forma a destacar os referenciais da Arquitetura da Informação Digital.

Estendendo extensões: a computação como agente integrador, de Isabel Cafezeiro, Rosângela Lima e Regina Célia de Leal Toledo, conceitua “extensão universitária” e discute algumas características importantes acerca desta atividade principalmente no que se refere às áreas tecnológicas. Além disso, apresenta um estudo de caso, um projeto de extensão universitária.

Estudos de casos nos permitem visualizar as experiências de inclusão digital em diferentes contextos. Elaine de Oliveira Lucas, em *Os Programas de Inclusão Digital do Governo Federal sob a Óptica da Competência Informacional*, apresenta um estudo sobre como o Governo Federal trabalha as desigualdades causadas pela exclusão digital. Foram mapeadas as iniciativas públicas em inclusão digital na esfera federal, nos últimos dez anos considerando-as sob a óptica do conceito de competência informacional. Constatou-se que a política de governo eletrônico brasileiro está atrelada às iniciativas de inclusão digital e que o setor federal brasileiro está investindo na construção de uma infra-estrutura tecnológica de acesso e na capacitação tecnológica do Cidadão.

Jonatas Ferreira e Maria Eduarda da Mota Rocha, no artigo *Entre a Inclusão e a Democracia Digital: a atuação do Estado e do terceiro setor em comunidades pobres da Região Metropolitana do Recife*, refletem empiricamente acerca das práticas que vem orientando os esforços públicos e o terceiro setor no sentido de favorecer a inclusão (ou democratização) das tecnologias de informação e comunicação em populações pobres. Mapeiam as iniciativas dessas instituições e organizações na Região Metropolitana do Recife. Com base em pesquisa exploratória realizada em oito instituições do serviço público e do terceiro setor, e tendo como foco analítico sua atuação no que diz respeito a projetos de inclusão/democratização digital, constata alguns problemas que merecem discussão: a fragmentação das iniciativas; a dificuldade de articulação entre os diferentes atores e as perspectivas filosóficas que orientam suas intervenções, a descontinuidade das fontes de financiamento, a concorrência pelos recursos.

Questionamentos, posturas críticas e possíveis implicações socioeconômicas, bem como algumas das falhas de interpretação calcadas em certo determinismo tecnológico e de uma visão bastante otimista acerca do papel das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no Capitalismo Contemporâneo compõem o artigo de Fernando Augusto Mansor e Mattos, em *Sociedade da informação e inclusão digital: uma análise crítica*. Além disso, aborda a relação entre a exclusão social, a exclusão digital e o fenômeno da globalização, além de apontar a relevância dos fatores qualitativo e cognitivo no que se refere às políticas públicas de inclusão digital.

Por fim, o artigo de Joseilda Sampaio Souza e Maria Helena Silveira Bonilla, aponta elementos para a questão exclusão e ou inclusão tomando como referência a apropriação e uso dessas tecnologias pensadas nos seus significados, aprendizados e produção de cultura e conhecimento.

Atualmente uma parte dos governos nacionais e da sociedade civil aposta que as redes informacionais e a comunicação digital em um cenário de transformações rápidas alteram as práticas políticas e lançam novos desafios para a defesa e expansão dos direitos dos cidadãos. Uma tecnologia que transforme os indivíduos em cidadãos, que pense a nova cultura tecnológica a partir de uma nova ecologia da comunicação e do conhecimento. Uma cultura que tem a simulação como metodologia, o ciberespaço como ponto de encontro, o uso massivo da informática e de novos dispositivos de inscrição, são fatores essenciais para o aparecimento de novas formas de construção e transmissão do conhecimento. Os conceitos de cidadania, de direitos humanos, de novas formas de socialização e de conhecimento se redefinem nesse novo ambiente.

Os artigos deste número apontam que o tema da inclusão digital, *vis-à-vis* à democratização do acesso às novas tecnologias de informação, não tem um consenso de como realizar esta democratização e, mais, se o acesso de fato representa a redução da desigualdade sócio-econômica.

Entretanto, algumas questões ainda permanecem e que não esgota o debate, especialmente sobre a diminuição ou não das assim denominadas brechas digitais, i.e., os governos são capazes de dar conta desse desafio, ou essas medidas seriam resultado de novos movimentos sociais? Que papel desempenhariam esses movimentos sociais e os governos no que se refere aos Tratados de Livre Comércio na região com as TICs?

Muitas são as questões, muitos ainda os caminhos da inclusão digital.